



**FÁBIO MOREIRA COGUE**

**CAPACITAÇÃO PARA CONSELHOS GESTORES DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PARA  
PARTICIPAÇÃO A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA ENTRE A  
PESQUISA E A EXTENSÃO**

**LAVRAS – MG  
2022**

**FÁBIO MOREIRA COGUE**

**CAPACITAÇÃO PARA CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS:  
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO A PARTIR DE UMA  
EXPERIÊNCIA ENTRE A PESQUISA E A EXTENSÃO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof(a). Dra. Júlia Moretto Amâncio  
Orientadora

**LAVRAS-MG  
2022**

**FÁBIO MOREIRA COGUE**

**CAPACITAÇÃO PARA CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS:  
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO A PARTIR DE UMA  
EXPERIÊNCIA ENTRE A PESQUISA E A EXTENSÃO**

**TRAINING FOR PUBLIC POLICY MANAGEMENT COUNCILS: AN ANALYSIS OF  
EDUCATION FOR PARTICIPATION BASED ON A EXPERIENCE BETWEEN  
RESEARCH AND EXTENSION**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 01 de dezembro de 2022.  
Dra. Camila Maria Risso Sales, UFLA  
Dra. Gabriela Cristina Braga Navarro, UFLA

Prof(a). Dr(a). Júlia Moretto Amâncio  
Orientador(a)

**LAVRAS-MG  
2022**

*Eu vi uma professora erguer uma escola embaixo da sombra de uma árvore, os alunos aprendiam a ler o sopro do vento e a escrever elogios aos pássaros. Ninguém até então imaginava que era possível erguer uma escola embaixo da sombra de uma árvore, porque disseram que para se ter uma escola erguida era importante que os poderosos soubessem da existência da árvore e da sombra que ela fazia em dias como esse.*

*Anos depois, vi uma professora erguer uma escola na esquina de uma rua. Durante as manhãs, ela ensinava que o tempo que dedicamos ao trabalho não pode ser maior que o tempo que dedicamos às nossas vidas. Às noites, ela lia histórias e poemas para as pessoas que ao lado da escola começavam a erguer suas casas. Em seguida, vi algo impossível de acreditar, uma professora que nunca aprendeu a nadar erguendo uma escola no rio mais bonito que alguém já se banhou. Ali, ensinou a dezenas de pessoas duas lições: a água que corre pelo rio é a mesma que corre por gente, e a água, assim como gente, é capaz de imaginar e de causar revolta quando por algum motivo ela é explorada.*

*Eu vi uma escola erguida no viaduto, em um sarau, numa reunião de bairro, numa manifestação popular, uma escola erguida nas montanhas e serras, na pedra de uma cachoeira, eu vi uma escola nascendo na boca de uma professora que dizia: “para ter um sonho, é preciso regá-los três vezes ao dia, dar de comer e fazer carinhos nele, logo você encontrará outras pessoas que estarão alimentando sonhos assim como você.”*

*Eu vi, enquanto falava, o sorriso da minha professora Duda, e me lembrei que um dia ela havia me dito que a pessoa que alimenta sonhos, anda como se estivesse sorrindo e sorri como se estivesse caminhando.*

*E não há o que temer, professora, se os poderosos não suportam ver nossas escolas sendo erguidas em todo lugar, se para eles uma gaiola é mais importante que o céu, e a terra onde se planta dinheiro e não comida, e os rios e as matas os lugares onde se escondem as riquezas e não a própria riqueza da humanidade, eu te pergunto, não há o que temer. Foi aí, que o sorriso da minha professora Duda fez nascer uma escola que me ensinou a frase mais bonita que alguém pode dizer a outra pessoa: "o meu sonho, ao lado do seu sonho, faz nascer um lugar chamado coragem".*

*Eu vejo uma professora erguer uma escola em cada canto desse estado. Eu vejo uma professora erguer uma escola em cada parte desse país.*

*Nada a temer senão o correr da luta  
Nada a fazer senão esquecer o medo  
Abrir o peito à força numa procura*

*Eu, caçador de mim...*

*Milton Nascimento*

## RESUMO

O presente trabalho traz consigo o desafio de contribuir para o fortalecimento da participação e controle social em um município de médio porte no sul de Minas Gerais através de uma interface entre a extensão e pesquisa. O objetivo principal foi a oferta e reflexão quanto a um processo de capacitação para conselhos gestores de políticas públicas. Utilizou-se a metodologia da pesquisa-ação para desenvolvimento e avaliação do processo de formação. Foram realizados quatro encontros presenciais, aplicados questionários de avaliação, além de entrevista em profundidade com a Casa dos Conselhos para compreender quanto ao seu papel para os conselhos gestores do município. Embora o processo de planejamento tenha sido realizado de forma participativa com os interessados, a participação de conselheiros foi baixa, tendo destaque para maior participação de pessoas da sociedade civil pertencentes a associações e cooperativas. Apesar disso, observou-se a importância que experiências como a capacitação ofertada e de espaços tais como a Casa dos Conselhos tem para o fortalecimento da democracia em âmbito municipal.

**Palavras-chave:** Participação social; Conselhos Gestores de Políticas Públicas; Educação Política.

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>9</b>
2.1 Contexto da Participação Social	9
2.2 Conselhos gestores de políticas públicas	11
2.3 Capacitação para conselhos gestores de políticas públicas	12
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>13</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>15</b>
4.1 Casa dos Conselhos	15
4.2 Descrição das oficinas	16
4.2.1 Primeiro encontro: Poder, Política e Democracia	17
4.2.1.1 Avaliação	18
4.2.2 Segundo encontro: Direito, Cidadania e Políticas Públicas	19
4.2.2.1 Avaliação	20
4.2.3 Terceiro encontro: Espaços participativos, controle social e garantia de direitos	20
4.2.3.1 Avaliação	22
4.2.4 Quarto encontro: Controle social e espaços participativos	22
4.2.4.1 Avaliação	22
4.3 Caracterização pessoal	23
4.3.1 Caracterização pessoal de participantes dos três primeiros encontros	23
4.3.2 Caracterização pessoal de participantes do quarto encontro	30
4.4 Temas pertinentes	37
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com a Casa dos Conselhos</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE B - Roteiro do questionário de caracterização pessoal de participantes</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE C - Roteiro do questionário de avaliação das oficinas</b>	<b>44</b>
<b>ANEXO A - Fotos do encontro “Poder, política e democracia”</b>	<b>46</b>
<b>ANEXO B - Fotos do encontro “Direito, cidadania e políticas públicas”</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO C - Fotos do encontro “Controle Social e Garantia de Direitos”</b>	<b>52</b>
<b>ANEXO D - Fotos do encontro “Controle social e espaços participativos”</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 representa um avanço significativo no que tange à consolidação da cidadania no Brasil, sendo esta composta pelos direitos civis, políticos e sociais. Os avanços estão presentes no corpo do texto, e permeiam diversos aspectos, desde seu preâmbulo que inicia tratando sobre valores pluralistas e a construção de uma sociedade justa e igualitária. Destacando também o art. 1º, em parágrafo único, na qual fica claro o compromisso democrático assumido no processo constituinte, ao dispor que “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes ou diretamente [...]” (BRASIL, 1988).

No entanto, o caminho para que a participação social obtivesse espaço no sistema político brasileiro foi longo, porém, não se deve pensar que só porque está registrado na carta magna, significa que funciona plenamente. Conforme discutiremos neste trabalho, diversas são as possibilidades de participação popular, sejam institucionalizadas no sistema político ou através da organização da sociedade civil. Atenta-se aqui aos conselhos gestores de políticas públicas que representam um marco para a participação social, na qual, pessoas da comunidade, eleitas para mandatos, possuem poder de decidir ou influenciar sobre as políticas públicas.

Este trabalho vai ao encontro da necessidade de formação dos conselheiros gestores para que suas ações possuam impacto e sejam, de certa forma, assertivas, no que tange à elaboração, implementação e controle das políticas públicas. Além disso, objetiva-se que esses espaços sejam palco de discussões mais qualificadas e críticas, justificando também a existência desse tipo de formação política.

O presente trabalho faz parte de um projeto de extensão realizado pela Entidade de Extensão Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal de Lavras, que em parceria com a Prefeitura Municipal de Lavras/MG, através da Casa dos Conselhos do município, desenvolveu uma formação política para conselhos gestores de políticas públicas.

Tendo em vista a participação e o auxílio no desenvolvimento das atividades do curso, e o contexto acerca deste processo educativo, busca-se responder a seguinte pergunta: como a capacitação para conselhos gestores de políticas públicas contribui para o exercício do mandato, para a participação popular e no controle social?



Como objetivo geral do trabalho, busca-se desenvolver e refletir sobre a pertinência, a partir do Observatório de Políticas Públicas, de uma capacitação para conselhos gestores de políticas públicas em um município de médio porte no sul de Minas Gerais. Para isso, os objetivos específicos, são: desenvolver e ofertar um curso de capacitação aos conselhos gestores de políticas públicas; problematizar o método a ser utilizado na capacitação de conselhos gestores de políticas públicas em questão; compreender a percepção dos participantes quanto à apropriação do conteúdo e o impacto da capacitação no exercício de suas atividades.

Apresentado o problema de pesquisa e seus objetivos, faz-se necessário analisá-los através de uma base metodológica. Portanto, este trabalho se caracteriza como uma pesquisa-ação, através de uma abordagem qualitativa, na qual foi desenvolvido um curso de capacitação, e realizadas entrevistas estruturadas para identificar seus impactos nas atividades dos participantes.

Esse trabalho está organizado em quatro capítulos além dessa introdução. No capítulo 2 apresenta-se o referencial teórico, no capítulo 3 descreve-se a metodologia, no capítulo 4 são apresentados os resultados e discussão e por último, o capítulo 5, o qual contém as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Contexto da Participação Social

O século XX foi marcado pela centralidade de debates sobre democracia. Na primeira metade, a centralidade do debate foi pela desejabilidade dessa forma de governo, na segunda metade, o modelo que se tornou hegemônico teve como características restringir formas de participação e soberania em detrimento de um consenso em torno de um procedimento eleitoral (Schumpeter, 1942 apud SANTOS, 2002). Sendo assim, a concepção hegemônica faz parte da concepção liberal que privilegia a representatividade, já a concepção contra-hegemônica está alinhada à perspectiva de participação social nos processos decisórios.

A dualidade presente entre democracia participativa e democracia representativa tem como pano de fundo a globalização. Segundo Boaventura de Sousa Santos, a globalização se expressa como um conjunto de relações sociais desiguais e o mais correto é defini-la no plural, portanto, coexistem outros tipos desse fenômeno. Faz-se necessário então diferenciar os tipos de globalização na qual pode ser hegemônica, pois está alinhada à lógica capitalista neoliberal mundial e, a contra-hegemônica que está intrinsecamente relacionada às iniciativas locais-globais fazendo se importante para a resistência da “opressão, à descaracterização, à marginalização produzidas pela globalização hegemônica” (SANTOS, 2002).

Para Habermas (1995), o procedimento social e participativo deve ser adotado por ter na sua origem a pluralidade das formas de vida existentes nas sociedades contemporâneas, e sendo plural, a política terá de contar com a concordância desses atores em processos racionais de discussão e deliberação. Portanto, a recuperação de um discurso argumentativo, alinhado à pluralidade e às diferentes experiências é parte da reconexão entre procedimentalismo e participação (SANTOS, 2000). Conforme Avritzer e Santos (2002, p.53), a participação não deve se limitar aos métodos de autorização de governos, mas deve ser uma forma de exercício coletivo do poder político em que a base seja um processo livre de apresentação de razões entre iguais.

Os movimentos sociais possuem caráter essencial para o alargamento da participação social, para a transformação das práticas dominantes, para a ampliação da cidadania e pela inclusão de atores sociais excluídos da política. Nos anos 1960, o movimento de democratização não se colocou na posição de questionamento sobre os limites estruturais da democracia, mas consistiu na inserção de novos atores na cena política, o que ocasionou uma disputa pelo significado de democracia. (SANTOS, 2005).

Os debates que se seguiram nos anos 1970 e 1980, devido à expressiva participação dos movimentos sociais nos processos de democratização, colocaram em xeque a relação entre procedimento e participação social, redefiniram sobre a adequação estritamente representativa e burocrática em âmbito local e a problematização em torno da relação entre representação e diversidade cultural e social, tendo como escopo a não representatividade e a dificuldade enfrentadas pelos setores sociais menos favorecidos e as etnias minoritárias de que seus interesses sejam representados nos sistema político (SANTOS, 2005).

Os movimentos foram responsáveis por emergir uma nova cultura participativa e tiveram centralidade no processo constituinte brasileiro iniciado em 1985, ao elaborar emendas populares e coletar subscrições em todo o país. (CARVALHO, 1998).

A emergência dos chamados novos movimentos sociais, que se caracterizou pela conquista do direito a ter direitos, do direito a participar da redefinição dos direitos e da gestão da sociedade, culminou com o reconhecimento, na Constituição de 1988, em seu artigo 1º, de que “Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Esta “Constituição cidadã” prevê a participação direta dos cidadãos através dos chamados institutos de democracia direta ou semi-direta como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de lei, as tribunas populares, os conselhos e outros canais institucionais de participação popular. (CARVALHO, 1998).

Desta forma, há alguns instrumentos de participação popular, presentes no artigo 14 da Constituição Federal de 1988, que são o plebiscito que é a realização de consulta popular anteriormente o estabelecimento de leis; o referendo que consiste em consulta popular realizada posteriormente a aprovação de leis; e a iniciativa popular, que se materializa quando a população apresenta projetos de lei ao poder legislativo.

Outrossim, a participação institucionalizada é possível através de alguns canais, como por exemplo, os conselhos gestores de políticas públicas, que atuam nas três esferas de governo com o intuito de promover a aproximação da sociedade com o Estado a fim de atender as demandas sociais por intermédio da criação e execução de políticas públicas. Assim, as ações do Estado podem ser controladas pelos cidadãos, seja individualmente ou por intermédio dos conselhos gestores, onde é possível acompanhar, fiscalizar e também protagonizar a definição e gestão de direitos e de políticas públicas.

Em síntese, são diversas as formas de participação, entretanto, há fatores que não permitem que estas aconteçam de forma efetiva. Assim, para que haja melhoria, a participação social não deve se limitar a períodos eleitorais, devendo ser aprimoradas e incentivadas a utilização dos canais de participação.

Tal como explicita Rousseau (1762):

Numa cidade bem dirigida, todos correm às assembléias; sob um mau governo, ninguém quer dar um passo nesse sentido, porque ninguém se interessa pelo que nelas se faz, porque sabe de antemão que a vontade geral não prevalecerá e porque, enfim, os cuidados particulares tudo absorvem. As boas leis permitem fazer outras melhores, as más conduzem a piores. Quando alguém diz, referindo-se aos negócios do Estado: Que me importa?, pode-se ter certeza de que o Estado está perdido. (ROUSSEAU, 1762, p.113).

## 2.2 Conselhos gestores de políticas públicas

O processo constituinte iniciado em 1985 foi marcado por fortes mobilizações que exerceram influência sobre o texto da Constituição Federal de 1988. A implementação dos conselhos gestores de políticas públicas e a definição de seus princípios são exemplos notáveis desse fenômeno. Estes órgãos colegiados são espaços nos quais representantes do poder público e da sociedade civil participam do processo decisório das políticas públicas de forma paritária, ou seja, o número de representantes governamentais deve ser o mesmo da sociedade civil (ALMEIDA & TATAGIBA, 2012). Esses, são tidos como arranjos institucionais inovadores, tendo em vista a promoção da participação de setores historicamente excluídos do processo decisório na construção de políticas públicas. (TATAGIBA, 2002).

Conforme a Constituição Federal, a gestão das políticas públicas deve ser realizada em regime compartilhado, isto é, com a participação da sociedade. Além disso, é previsto em diversos artigos sobre a participação e controle social da sociedade nos processos que envolvem as políticas públicas. Conforme aponta Romão, “especificamente no que se refere à indicação literal sobre a participação da sociedade, o texto constitucional é bastante sucinto [...], o termo “participação” se mostra pouco na Constituição” (ROMÃO, 2015). Outros termos utilizados na Constituição de 1988, corroboram a participação social e o controle social, tais como “gestão democrática” e “fiscalização”. A participação e controle institucional no Brasil não apresentava um princípio norteador sobre as formas alternativas de participação, assim, foi-se tomando a forma que já vinha sendo utilizado nos setores de políticas públicas mais avançados à época.

Embora não previsto na Constituição, foi por meio de duas instâncias do Sistema Único de Saúde, pela Lei 8.080/90 e, em seguida, por sua complementação na Lei nº8.142/90, que se foi gradativamente tomando a gestão compartilhada no contexto dos setores de políticas públicas. As leis do SUS, especialmente a última lei citada, adotam conselhos e conferências como os instrumentos pelos quais a sociedade local é representada na tomada de decisão sobre as políticas públicas (ROMÃO, 2015).

É através dos conselhos que dois importantes conceitos se materializam e se mostram essenciais para que as ações do Estado sejam mais efetivas. A participação social, que se faz

presente à medida que a formulação e a gestão das políticas públicas são partilhadas entre os conselheiros e o controle social, que ocorre na fiscalização e no acompanhamento destas políticas (SIRAQUE, 2004).

Sendo assim, os conselhos gestores de políticas públicas se tornaram ferramentas concretas para a promoção da participação popular e do controle social institucional, que de acordo com Tatagiba (2005), fazem-se:

Presentes na maioria dos municípios, articulados desde o nível federal, cobrindo uma ampla gama de temas como saúde, educação, moradia, meio ambiente, transporte, cultura, dentre outros, representam uma conquista inegável do ponto de vista da construção de uma institucionalidade democrática entre nós (TATAGIBA, 2005).

Quanto às suas ações, os conselhos, podem possuir caráter deliberativo na qual possuem autonomia para tomar decisões seja sob políticas públicas, fundos, repasses financeiros, dentre outros, ou serem apenas consultivo na qual os conselheiros realizam discussões com o intuito de influenciar decisões públicas sobre determinado assunto.

Os conselhos desempenham, segundo Gohn (2007), um importante papel ao criar condições para um sistema de vigilância sob a gestão pública, o que implica na maior cobrança na prestação de contas do poder executivo, principalmente em âmbito municipal. Porém, afirma-se que algumas questões são presentes na criação e implementação dos conselhos gestores de políticas públicas e dentre elas a autora destaca a questão da necessidade de capacitação para os conselhos, sendo esta direcionada, e necessária, não somente, mas prioritariamente, aos representantes da sociedade civil que compõem os conselhos, tendo em vista a disparidade de condições e de exposição, tendo em vista, que os representantes governamentais exercem sua rotina de trabalho no setor público e participam das reuniões em seu horário de expediente, ou seja, são remunerados para tal e, e possuem acesso aos dados e informações e estão habituados à linguagem tecnocrática.

Ainda, segundo Gohn (2007):

Faltam cursos ou capacitação aos conselheiros de forma que a participação seja qualificada em termos, por exemplo, da elaboração de políticas públicas. [...] É preciso entender o espaço da política para que se possa fiscalizar e também propor políticas; é preciso capacitação ampla que possibilite a todos os membros do conselho uma visão geral da política e da administração.

### **2.3 Capacitação para conselhos gestores de políticas públicas**

A falta de conhecimentos pertinentes, representam um desafio para a participação institucional e atinge representantes de diferentes formas, conforme expõe Tatagiba (2002):

O problema da falta de capacitação atinge de forma diferenciada os distintos atores que participam dos conselhos. Se o acesso às informações e o próprio conhecimento quanto ao funcionamento da máquina administrativa colocam os conselheiros governamentais em vantagem em relação aos representantes da sociedade civil, entre estes últimos, as diferentes capacidades também oferecem obstáculos à igualdade de participação nos processos deliberativos. (TATAGIBA, 2002).

Conforme expõe Tatagiba (2005), um dos problemas que vem ocorrendo é o de que os conselhos não estão realizando suas decisões sobre as políticas de forma discutida e negociada, o que sugere que há uma despolitização dessas instâncias, tendo como principais características uma participação branda e não-crítica. De acordo com diversos estudos, há “baixa capacidade de inovação das políticas públicas a partir da participação da sociedade civil nos conselhos, sugerindo que essa participação assume contornos mais reativos que propositivos” (TATAGIBA, 2002). Ainda, a falta de capacitação para conselhos gestores, tendo em vista os problemas apresentados, é apontada como um dos motivos que contribuem para que essa situação permaneça (TATAGIBA, 2005).

Sobre o público e os conhecimentos pertinentes à qualificação de conselheiros gestores, Tatagiba (2002), explicita que não deve-se visar a qualificação de conselheiros gestores apenas, e sim, viabilizar esse espaço educativo às entidades e movimentos interessados, pois, existe uma rotatividade no exercício das funções de conselheiros, principalmente nos cargos de representantes não-governamentais. Outro ponto é quanto aos conteúdos dos cursos de qualificação, estes, por sua vez, devem contemplar conteúdos técnicos e políticos, partindo da premissa de que a ação dos representantes não-governamentais não se resume à falta de conhecimento técnicos apenas, mas também de uma dificuldade de assumir uma postura de negociação com o Estado.

Sobre os conteúdos e a oferta de cursos de capacitação, Gohn (2007) explicita:

A universidade tem um grande campo de trabalho para ajudar na superação dessas lacunas. Pesquisas recentes do observatório IPPUR/FASE constataram que há várias instituições desenvolvendo cursos de capacitação para os conselheiros sobre políticas municipais específicas. Entretanto, as pesquisas mostraram também que o problema não está na ausência de conhecimento sobre as políticas municipais específicas, porque os conselheiros demonstraram domínio nas áreas temáticas em que atuam. As lacunas estão na ausência de capacitação em torno da elaboração e gestão de políticas públicas.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho busca identificar como uma capacitação para conselhos gestores de políticas públicas, promovida por uma entidade de extensão de uma universidade no sul de

Minas Gerais, pode auxiliar no exercício do mandato, na participação popular e no controle social. O objeto em questão faz-se importante ao passo que a literatura aponta a necessidade de capacitação para esse público, principalmente no que tange ao âmbito do conhecimento político e democrático. Além disso, projetos de extensão que visam estreitar os laços entre o conhecimento produzido na academia e a sociedade civil, para que esta se aproprie desse conhecimento para construir uma cultura democrática, são dignos de investigação para que seus métodos sejam aprimorados e seus impactos ampliados.

A pesquisa foi realizada de forma participativa, através do método de pesquisa-ação, pois tem o intuito de fomentar a capacitação, analisar o fenômeno em questão e suas variáveis (GIL, 1999). No caso em questão, há de se analisar a capacitação de conselhos gestores de políticas e seus efeitos no exercício do mandato, na ampliação da participação popular e controle social. Para tanto, a abordagem utilizada é a qualitativa, pois, serão analisados aspectos subjetivos, e há necessidade de descrições mais aprofundadas do fenômeno e de seus efeitos.

O instrumento de avaliação é a entrevista estruturada aplicada com todos os participantes da capacitação a partir de um roteiro que tem por finalidade caracterizar o perfil dos participantes; perceber a apropriação do conteúdo e reflexão quanto à metodologia utilizada na capacitação em questão. Ainda, foi realizada entrevista semiestruturada com funcionários da casa dos conselhos, sendo esta, segundo Tozoni-Reis (2009), realizada com um roteiro pré-definido, no entanto, as questões são apresentadas de maneira mais espontânea, dependendo do rumo do diálogo. Nesse caso, surge a necessidade de que o entrevistador crie um clima mais espontâneo e descontraído para que atinja os objetivos do estudo. Ainda, a entrevista deve ser precedida de uma exposição simples dos principais objetivos do pesquisador com aquela interlocução. O roteiro contempla aspectos sobre a pertinência e apropriação do conteúdo; reflexão quanto à metodologia utilizada na capacitação em questão e se, e como, a experiência de capacitação impactou no exercício de suas atividades.

O método de pesquisa empregado para compreender como se deu a avaliação dos encontros, será a análise de conteúdo dos questionários aplicados, na qual Bardin (1977, p. 38) a define como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” e ainda “possuem indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1977, p.42).

Foram realizados quatro encontros, sendo os três primeiros aos sábados na Casa da Cultura de Lavras e o quarto, em dia útil e horário comercial na Casa dos Conselhos também localizada em Lavras/MG.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Casa dos Conselhos

Para compor este capítulo foi realizada entrevista em profundidade com responsáveis pela Casa dos Conselhos tendo em vista que esta não possui previsão legal e documentos que a constitua e descreva seu funcionamento.

A Casa dos Conselhos é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do município de Lavras e dá apoio administrativo aos seguintes conselhos gestores de políticas públicas que estão ativos: Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Os conselhos criados, porém inativos vinculados à Sala dos Conselhos são: Conselho Municipal Antidrogas; Conselho Municipal de Habitação e Conselho Municipal da Juventude.

A Casa foi fundada em 2005 e funcionava como a Sala dos Conselhos, na qual tinha como sua sede a Casa da Cultura de Lavras. Esta se constituiu como uma política de governo, sendo o governo atual principal incentivador, tendo em vista que segundo os entrevistados, no segundo mandato da atual governante a sala foi inaugurada, e posteriormente, no terceiro mandato, foi criada a casa. Porém, em mandatos de outros governantes posteriores, a casa retornou à condição de sala. No atual mandato a sala retornou a ser uma casa abrigando os conselhos supracitados.

Para os responsáveis, a Casa dos Conselhos tem o papel de fortalecer as políticas públicas e conselhos, além de contribuir para a autonomia dos conselhos e conselheiros e no que se refere à estrutura ofertada aos conselhos das quais são vinculadas, a casa oferece espaço e estrutura na qual compõe sala de atendimento ao público, quatro salas de reuniões, três banheiros, área de lazer, varanda, estante com livros específicos para conselhos, internet, telefone, impressora e arquivo. Diferentemente do que era ofertado pela sala que era centralizada e possuía somente o auxílio burocrático aos conselhos na secretaria.

Sobre a inatividade de determinados conselhos, no que se refere ao COMJUV: Conselho Municipal da Juventude, encontra-se nessa situação antes da atual gestão assumir, mas pretendem reativar. Sobre o conselho Antidrogas, há um processo de discussão que pretende alterar a lei, principalmente no que diz respeito à indicação de membros governamentais, por conta da disponibilidade, e também haverá alteração da nomenclatura que passará a se chamar Conselho de Políticas sobre Drogas. Sobre o Conselho de Habitação, o mesmo foi criado com a perspectiva pontual de atender os programas habitacionais e não tinha perspectiva de atender as discussões sobre habitação do município. Há a intenção de fazer discussões mais abrangentes sobre os problemas enfrentados pela sociedade no que diz respeito ao tema e não somente para discutir um programa específico de governo.

Segundo os membros da Casa, dentre as principais demandas apontadas pelos Conselhos está a formação, porém, há dificuldade para engajar os conselheiros, sendo que alguns participam muito e grande parte participa pouco, assim, há dificuldades em promover ações, tendo em vista que, quantitativamente, a participação é baixa.

## 4.2 Descrição das oficinas

O ciclo de debates e capacitações em políticas públicas ofertado pelo Observatório de Políticas Públicas foi ministrado pela professora Júlia Moretto Amâncio com a participação da professora Gabriela Cristina Braga Navarro e organização e planejamento dos estudantes Fábio Moreira Cogue e Larissa Antunes Zanotti. A Casa dos Conselhos do município de Lavras foi responsável por reservar o local, auxiliar na divulgação e mobilização dos conselheiros para participar, ofertar lanche, material de papelaria e disponibilizar uma pessoa para ficar sob a responsabilidade de acompanhar e realizar atividades com as crianças que estiverem presentes.

A preocupação principal do ciclo foi garantir um processo de formação política dos conselheiros, sendo esta uma vertente importante a ser trabalhada com os conselhos gestores tendo em vista o caráter político de suas ações e de negociações com o Estado, conforme apontado por Tatagiba (2002).

Inicialmente seriam realizados seis módulos com os seguintes temas: Poder, Política e Democracia; Direito e Cidadania; Políticas Públicas; Controle social e garantia de direitos; Espaços participativos; e Orçamento e Planejamento Público. Porém, em reunião com a Casa dos Conselhos e representantes dos conselhos, foi definido que o número inicial era extenso e havia receio de que a participação fosse baixa por esse motivo, assim, a quantidade de encontros foi reduzida a três, condensando os temas e excluindo algumas dinâmicas e discussões. Os encontros foram realizados aos sábados entre 08:00 e 12:00 da manhã, presencialmente, na Casa da Cultura do município de Lavras, pois, para conciliar a agenda de todas as pessoas interessadas, este era o dia mais adequado em que a maioria tinha disponibilidade. Devido à baixa aderência dos conselheiros municipais em participar dos encontros aos sábados e à pouca participação no terceiro encontro, foi promovido uma quarta oficina com o tema “Controle social e espaços participativos”.

A metodologia que orientou a oferta das oficinas foi a da educação popular que segundo Neto (2011), esta por sua vez, segue uma forma de produção de conhecimento pautada na realidade e pela “experiência” de quem participa deste processo. Sendo assim, a relação ensino e aprendizagem se dá através de “metodologias incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas, individual e coletivamente, com conteúdos próprios e técnicas de avaliação contínua, permeados por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientados por anseios humanos de liberdade, justiça e igualdade” (Neto, 2011).

A avaliação é apresentada logo em seguida à descrição de cada encontro pois foi realizada de maneira processual, ou seja, a partir da realização do encontro e com a sistematização dos dados, a equipe se reunia para fazer um balanço sobre o encontro e planejar o próximo, de modo que, os resultados da avaliação anterior contribuíssem para o planejamento do próximo encontro.

#### **4.2.1 Primeiro encontro: Poder, Política e Democracia**

O primeiro encontro foi organizado em três momentos principais para discutir os temas propostos. A atividade inicial proposta foi a “Dinâmica da ilha” que tem o intuito de ser um “quebra-gelo” inicial mas também trazer à tona a discussão sobre senso de união e equipe, sendo utilizada para introduzir a discussão sobre política. Para a realização da atividade é necessário um tapete simples, sem desenhos ou quaisquer outras informações, e que caiba todos os participantes em cima, além de uma pessoa para ser a facilitadora do processo. Sendo assim, os participantes são convidados a se deslocarem até o tapete, e fazendo isso, o mediador pede que imaginem que o tapete é uma ilha e que eles estão presos naquele local. A partir dessa informação, demarca-se um local imaginário no chão como se fosse o mar e um local um pouco mais distante que seria o continente. O desafio é sair da ilha e chegar ao continente. Neste momento, o facilitador já não apresenta mais informações e deixa que os participantes discutam e resolvam a situação proposta. Ao finalizar a tarefa de chegar ao continente - ou não - a discussão que se faz é se a maneira pela qual as pessoas definiram como saída da ilha foi individual ou coletiva e se todas as pessoas participaram do processo decisório, tendo suas opiniões respeitadas e consideradas.

Após a dinâmica é realizado um momento de reflexão sobre a solução encontrada pelo grupo para sair da ilha. Nesse momento o facilitador pode trazer questionamentos quanto ao senso coletivo e é introduzido a discussão sobre política enquanto mecanismo coletivo de resolução de conflitos e conciliação de interesses.

A segunda dinâmica proposta é a “Retratos do poder”, sendo esta para introduzir a discussão sobre o tema Poder. Os participantes são divididos em grupos aleatórios e convidados a elaborarem uma cena estática, como se fosse uma fotografia a partir do que eles entendem por representação de poder. Neste momento é determinado um tempo para que eles se juntem e organizem a apresentação. Foram disponibilizados materiais de papelaria caso os participantes quisessem se utilizar de ilustrações ou coisas do tipo, porém é importante salientar que o uso não é obrigatório e o retrato pode ser representado da maneira que julgarem pertinente. A partir das apresentações de cada grupo, a facilitadora trouxe à tona

reflexões quanto ao poder, além de instigar os participantes a problematizar o conteúdo proposto de acordo com aspectos do cotidiano político.

Para o momento final foi planejado a aplicação do jogo 'Cargos e Cargas' elaborado pela organização da sociedade civil 'Fast Food da Política', porém não foi realizada, devido ao atraso na chegada dos participantes, à extensa participação nas discussões e a necessidade de aplicação de questionários de avaliação e discussão sobre a data da segunda oficina. No entanto, cabe aqui discorrer sobre sua proposta, devido a pertinência do material e do tema. O jogo trata sobre a organização do Estado brasileiro para administrar o país por meio dos poderes executivo, legislativo e judiciário, e em níveis federal, estadual e municipal. Consiste em um quebra-cabeça na qual, na primeira fase são encaixadas as peças relativas aos cargos e na segunda, é montado de acordo com as devidas funções dos diversos atores representantes dos três poderes. As pessoas são divididas em grupos e um jogo é entregue para cada equipe para que eles montem de acordo com seus conhecimentos prévios. Nesse caso, exige-se um facilitador para cada equipe que acompanhará a montagem e auxiliará na correção e no diálogo sobre as peças e seus respectivos temas.

Ao final do encontro foi realizado um diálogo com os presentes para tratar sobre a próxima data que seria realizado o segundo encontro e posteriormente foi aplicado o questionário de avaliação da oficina. No total, vinte e sete pessoas participaram do encontro.

#### **4.2.1.1 Avaliação**

A avaliação se deu através de questionário estruturado, aplicado ao final de cada encontro, na qual buscou-se identificar a pertinência dos temas propostos, refletir sobre a metodologia utilizada e apropriação do conteúdo por parte dos participantes.

O primeiro bloco de perguntas está relacionado à pertinência do tema tanto como para as atividades dos conselhos, mas também para o exercício da cidadania. A maioria dos participantes concordam que os temas do primeiro encontro são muito importantes e contribuem para os fatores determinados.

O segundo bloco de perguntas refere-se à metodologia utilizada nos encontros, sendo a utilização de dinâmicas, jogos e exposições dialogadas. A maioria dos participantes concordam que as estratégias pedagógicas adotadas contribuíram muito para o aprendizado.

O terceiro bloco de perguntas refere-se à apropriação de conteúdo por parte dos participantes. A maioria dos participantes respondeu que se sente confortável em aplicar os conteúdos em suas atividades e que conseguiu aprender sobre os temas.

Em pergunta aberta, foi solicitado que os participantes apresentassem críticas e sugestões e as respostas envolveram a formalização de uma formação continuada para os conselhos, maior exposição de conteúdo teórico, disponibilização de materiais de apoio para estudos autônomos e realização de controle mais rigoroso do tempo das dinâmicas.

#### **4.2.2 Segundo encontro: Direito, Cidadania e Políticas Públicas**

O segundo encontro do ciclo teve como tema ‘Direito, Cidadania e Políticas Públicas’’. A dinâmica inicial foi a do “Nó humano”, na qual inicia-se formando um círculo e as pessoas devem dar as mãos, sendo a palma da mão direita para cima ao lado do ombro direito, e a palma da mão esquerda para baixo, ao lado do ombro esquerdo, pedindo para que os participantes se atentem aos colegas que estão tanto à sua direita quanto à esquerda. Após isso, solicita-se que soltem as mãos e se misturem e à medida que forem se misturando, orientar que ao sinal eles devem parar onde estão como ‘estátuas’. Após isso, pede-se que deem as mãos novamente como no início, encontrando seus pares mas sem mover os pés do chão. Formar-se-á um nó com os braços de todos. O facilitador pede então que desfaçam o ‘nó’, retornando-se à posição inicial (um círculo, voltadas para o centro), sem soltar as mãos umas das outras. A intencionalidade em adotar essa dinâmica no início do encontro é de promover a integração dos participantes mas também, gerar possíveis discussões sobre coletividade e trabalho em equipe.

Após a dinâmica é realizado um momento de reflexão e debate sobre a conclusão, ou não, do desafio proposto. Nesse momento a facilitadora traz questionamentos quanto ao senso coletivo e é introduzida a temática do direito e cidadania.

No segundo momento é realizado, à luz dos estudos de José Murilo de Carvalho em ‘Cidadania no Brasil: um longo caminho’ (2001), uma exposição dialogada sobre o significado de Direito e sua efetivação na Constituição Federal de 1988. Quanto à cidadania, foi realizada exposição sobre a perspectiva histórica de conquista dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil e sua aplicabilidade na atualidade. Após a exposição é realizada uma dinâmica sobre cidadania na qual os participantes recebem um papelzinho que esteja escrito algum direito, seja social, político ou civil e possuem a tarefa de colá-lo em um dos cartazes afixados na parede na qual está dividido entre direitos civis, políticos ou sociais. Após a colagem, foi realizado uma correção dialogada sobre cada um dos direitos, trazendo exemplos, aplicabilidade e importância destes para a consolidação da cidadania.

No terceiro momento foi realizada uma exposição dialogada sobre as políticas públicas enquanto consolidação e efetivação dos direitos através de ações do Estado. É

introduzida a discussão sobre o papel dos conselhos na qual irão atuar diretamente sob as políticas públicas, seja em sua elaboração, acompanhamento e/ou avaliação.

Ao final do encontro foi realizado diálogo com os presentes para tratar sobre a próxima data que seria realizado o terceiro encontro e posteriormente foi aplicado o questionário de avaliação da oficina. No total, vinte e oito pessoas participaram do encontro.

#### **4.2.2.1 Avaliação**

O primeiro bloco de perguntas está relacionado à pertinência do tema tanto como para as atividades dos conselhos, mas também para o exercício da cidadania. A maioria dos participantes concordam que os temas do segundo encontro são muito importantes e contribuem para os fatores determinados.

O segundo bloco de perguntas refere-se à metodologia utilizada nos encontros, sendo a utilização de dinâmicas, jogos e exposições dialogadas. A maioria dos participantes concordam que as estratégias pedagógicas adotadas contribuíram muito para o aprendizado.

O terceiro bloco de perguntas refere-se à apropriação de conteúdo por parte dos participantes. A maioria dos participantes respondeu que se sente confortável em aplicar os conteúdos em suas atividades e que conseguiu aprender sobre os temas.

Em pergunta aberta, foi solicitado que os participantes apresentassem críticas e sugestões e as respostas envolveram a necessidade que os espaços de aprendizagem sejam periódicos, necessidade de maior participação e envolvimento dos conselhos e exposição e discussão a partir de documentários.

#### **4.2.3 Terceiro encontro: Espaços participativos, controle social e garantia de direitos**

Para o terceiro encontro foram planejados três momentos sendo o primeiro a aplicação do jogo do Controle Social, no segundo seria realizado a atividade de “eleição de prioridades” e no terceiro uma dinâmica de encerramento. Porém, neste dia compareceram doze pessoas, número consideravelmente inferior aos dois primeiros, e a maioria dos presentes não fazia parte de nenhum conselho. Ao decorrer da aplicação do jogo do Controle Social, observou-se um grande interesse e participação dos presentes na discussão e interação com as questões geradoras que o jogo possibilita, sendo assim, a equipe organizadora optou por não realizar a “eleição de prioridades” que seria específica para elencar os problemas comuns e frequentes enfrentados pelos conselhos gestores e continuar o jogo até o horário estabelecido para o final do segundo momento.

O jogo do Controle Social utilizado nesse encontro é de autoria da professora Júlia Moretto Amâncio, Lizandra Serafim e Monika Weronika Dowbor da Silva e é produto da segunda fase do projeto “Translating Research Findings into Policy Inputs: A Proposal to Pilot Dissemination of State DRC Research Findings to Policy Actors in Brazil”. Nele, é dada uma situação para que os participantes, divididos em grupos, que “representam associações de moradores de comunidades que estão organizadas e empenhadas em conseguir um médico para a UBS de cada um dos seus bairros” (Amâncio, 2010). Dada a situação problema, os participantes têm que a cada rodada escolher um mecanismo de controle social que irão utilizar para que sua peça caminhe pelo tabuleiro em direção à conquista do objetivo. As estratégias e canais de acesso ao poder público disponíveis para que se atinjam os objetivos são: abaixo-assinado; ofício; ocupação de prédio público; manifestação em frente a prédio público; passeata ou ato público; conselho do equipamento público; conselho municipal do setor; conferência municipal do setor; orçamento participativo; fóruns do setor; gestor do equipamento público; prestadora do serviço público; legislativo: acesso direto ao vereador; legislativo: acesso ao assessor de político que mora no bairro; executivo: secretário municipal do setor; executivo: prefeito; processo administrativo; ouvidoria; ministério público; profissionais do setor de saúde (sanitaristas, funcionários dos equipamentos); sindicato dos trabalhadores; associação de moradores de outros bairros; ONGs; movimento social específico do setor; entidade filantrópica ou assistencial; partido político; igreja, pastoral e; mídia.

A utilização do jogo se constitui como importante ferramenta para que os participantes conheçam as estratégias e canais de acesso possíveis para realizar o controle social sobre as políticas públicas. Além disso, constitui uma importante ferramenta geradora de discussão sobre a realidade dos conselhos e demais participantes, seja de associações, partidos políticos e cidadãos em geral.

Para o segundo momento foi planejado a atividade de “eleição de prioridades”, que, segundo Pereira (2017), consiste em uma técnica utilizada no Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador na qual são elencadas as demandas existentes da coletividade, e se faz uma eleição com objetivo de identificar quais serão as prioridades de maneira democrática e participativa.

No momento final, foi proposto a dinâmica ‘Balão na roda’ com o intuito de encerrar as atividades e refletir sobre o ciclo de formação. Cada participante recebe um papel cortado em tamanho pequeno em branco, caneta e um balão, a partir disso, são convidados a escreverem uma palavra que define o encontro e o ciclo de formação, dobrar, colocar dentro

do balão e enchê-lo. A partir disso, o facilitador liga uma música mais animada e as pessoas devem jogá-los para cima com o intuito de espalhá-los e não deixar que os mesmos caiam no chão. Quando a música é interrompida, cada pessoa deve pegar um balão e fica sob sua guarda. A seguir, o facilitador coloca uma música mais calma e solicita-se que os participantes formem um círculo, de modo que todos consigam olhar para todos, assim pede-se que estourem os balões e leiam um por um a palavra escrita no papel.

#### **4.2.3.1 Avaliação**

O primeiro bloco de perguntas está relacionado à pertinência do tema tanto para as atividades dos conselhos, mas também para o exercício da cidadania. A maioria dos participantes concordam que os temas do segundo encontro são muito importantes e contribuem para os fatores determinados.

O segundo bloco de perguntas refere-se à metodologia utilizada nos encontros, sendo a utilização de dinâmicas, jogos e exposições dialogadas. A maioria dos participantes concordam que as estratégias pedagógicas adotadas contribuíram muito para o aprendizado.

O terceiro bloco de perguntas refere-se à apropriação de conteúdo por parte dos participantes. A maioria dos participantes respondeu que se sente confortável em aplicar os conteúdos em suas atividades e que conseguiu aprender sobre os temas.

Em pergunta aberta, foi solicitado que os participantes apresentassem críticas e sugestões e as respostas envolveram a necessidade de realizar oficinas do jogo do controle social com cada conselho e a necessidade de maior participação de conselheiros e representantes da sociedade civil.

#### **4.2.4 Quarto encontro: Controle social e espaços participativos**

O quarto encontro aconteceu na Casa dos Conselhos, em uma segunda-feira das 14h às 16h, e devido ao horário, a secretaria da Casa dos Conselhos protocolou ofício junto às secretarias municipais solicitando liberação dos conselheiros governamentais para participação, e assim foi feito. Foi planejado um momento único de aplicação e discussão do jogo “Controle social”, utilizado no terceiro encontro, com o intuito de promover reflexões quanto aos mecanismos de controle social possíveis a serem utilizados pelos conselhos municipais.



#### **4.2.4.1 Avaliação**

O primeiro bloco de perguntas está relacionado à pertinência do tema tanto como para as atividades dos conselhos, mas também para o exercício da cidadania. A maioria dos participantes concordam que o tema do quarto encontro é muito importante e contribui para os fatores determinados. Abaixo seguem os resultados em percentual das respostas.

O segundo bloco de perguntas refere-se à metodologia utilizada nos encontros, sendo a utilização de dinâmicas, jogos e exposições dialogadas. A maioria dos participantes concordam que as estratégias pedagógicas adotadas contribuíram muito para o aprendizado. Abaixo seguem os resultados em percentual das respostas.

O terceiro bloco de perguntas refere-se à apropriação de conteúdo por parte dos participantes. A maioria dos participantes respondeu que se sente confortável em aplicar os conteúdos em suas atividades e que conseguiu aprender sobre os temas. Abaixo seguem os resultados em percentual das respostas.

Em pergunta aberta, foi solicitado que os participantes apresentassem críticas e sugestões e as respostas envolveram a necessidade formação continuada e que estas sejam realizadas em dias úteis preferencialmente no horário de reunião dos conselhos e que as cartas do jogo controle social que ganham o jogo, tivessem um poder menor.

### **4.3 Caracterização pessoal**

#### **4.3.1 Caracterização pessoal de participantes dos três primeiros encontros**

O questionário de caracterização pessoal foi aplicado nos três encontros e respondido somente uma vez por cada participante, sendo que 37 pessoas diferentes responderam, de modo que se faz uma descrição do público do ciclo de formação em sua totalidade. As perguntas se referiram a idade, cor/raça, identidade de gênero, orientação sexual, escolaridade, renda, ocupação profissional, conselho pertencente, cadeira que ocupa no conselho, tempo de experiência de participação em conselhos, vinculação às organizações da sociedade civil e filiação partidária.

No que tange a idade, 18 pessoas tinham entre 18 e 29 anos, o que corresponde a 48,6%, 15 pessoas tinham entre 30 e 59 anos, o que corresponde a 40,5%, 3 pessoas tinham entre 60 e 69 anos, o que corresponde 8,1% e 1 pessoa (2,7%) tinha acima de 70 anos. No que se refere a categoria cor/raça, 16 pessoas se autodeclararam branca, o que corresponde a 43,2% e 21 pessoas se autodeclararam pardas e pretas, o que corresponde a 56,7%; conforme demonstram as tabelas a seguir.

Tabela 1 - Porcentagem da faixa etária

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
18 a 29 anos	18	48,6
30 a 59 anos	15	40,5

60 a 69 anos	3	9,8
acima de 70 anos	1	2,7
Não responderam	0	0
Total	37	100

Tabela 2 - Porcentagem da cor/raça declarada

<b>Cor/raça</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Amarela	0	0
Branca	16	43,2
Indígena	0	0
Parda	14	37,8
Preta	7	18,9
Não responderam	0	0
Total	37	100

Na categoria identidade de gênero, identificou-se a participação de 25 mulheres cis-gênero, o que corresponde a 67,6%, 9 participantes homens cis-gênero correspondente a 24,3% e 1 pessoa se declarou não-binária, correspondente a 2,7% das participações. Quanto à orientação sexual, a maioria (23 pessoas, 62,2%) se declarou heterossexual, 9 pessoas se declararam homossexual (24,3%), 4 bissexual (10,8%) e 1 assexual (2,7%).

Tabela 3 - Porcentagem da identidade de gênero declarada

<b>Identidade de gênero</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Homem cisgênero	9	24,3
Homem transexual	0	0
Mulher cisgênero	25	67,6

Mulher transexual	0	0
Não-binário	1	2,7
Não responderam	2	5,4
Total	37	100

Tabela 4 - Porcentagem da orientação sexual declarada

<b>Orientação sexual</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Assexual	1	2,7
Bissexual	4	10,8
Heterossexual	23	62,2
Homossexual	9	24,3
Pansexual	0	0
Não responderam	0	0
Total	37	100

Sobre a escolaridade, a maioria concluiu o ensino superior ou está cursando (81,1%), sendo 19 com ensino superior completo (51,4%) e 11 com ensino superior incompleto (29,7%), 5 pessoas declararam possuir ensino médio completo (13,5%), 1 pessoa concluiu até o ensino fundamental (2,7%) e 1 pessoa não concluiu (2,7%).

Tabela 5 - Porcentagem do nível de escolaridade

<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Ensino fundamental incompleto	1	2,7
Ensino fundamental completo	1	2,7
Ensino médio completo	5	13,5

Ensino superior incompleto	11	29,7
Ensino superior completo	19	51,4
Não responderam	0	0
Total	37	100

A maioria dos participantes possui renda mensal acima de 1 salário mínimo, sendo 2 pessoas (5,7%) com renda entre 6 a 10 salários mínimos mensais, 13 pessoas (37,1%) declaram rendimentos mensais entre 2 a 6 salários mínimos mensais, 11 pessoas (31,4%) declararam renda entre 1 e 2 salários mínimos, e 9 pessoas (25,7) declararam possuir renda mensal abaixo de 1 salário mínimo.

Tabela 6 – Porcentagem da renda mensal

<b>Renda mensal</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Até 1 salário mínimo	9	24,3
De 1 a 2 salários mínimos	11	29,7
De 2 a 6 salários mínimos	13	35,2
De 6 a 10 salários mínimos	2	5,4
Acima de 10 salários mínimos	0	0
Não responderam	2	5,4
Total	37	100

Na categoria “ocupação” declarada por cada participante, percebe-se uma grande porcentagem de estudantes, professores e pessoas com profissões vinculadas ao serviço público.

Tabela 7 - Ocupações declaradas

<b>Ocupação declarada</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
A S G	1	2,7
Administradora Pública	1	2,7

Agente social (servidor público)	1	2,7
Aposentada	2	5,4
Assessor de esportes especializado (servidor público municipal)	1	2,7
Assistente social	5	13,5
atendente comercial	1	2,7
Bolsista	1	2,7
Coordenador	1	2,7
Estagiária Secretaria de Desenvolvimento Social	1	2,7
Estudante	10	27
Funcionária pública	1	2,7
Professor	2	5,4
Professor da rede municipal	1	2,7
Professora aposentada	3	8,1
Professora universitária	1	2,7
Roteirista audiovisual e pedagoga	1	2,7
Servidora pública federal	1	2,7
Subsecretário de assistência social	1	2,7
Não responderam	1	2,7
Total	37	100

Na categoria “conselhos à qual pertencem os participantes”, destaca o fato de que somente uma pessoa pertence a um conselho que não está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, que é o Conselho Municipal de Saúde. No que se refere à participação dos conselhos vinculados à Secretaria supracitada, o único conselho em que não houve a participação de conselheiros foi o Políticas de Igualdade Racial, conforme demonstra o quadro a seguir.

Tabela 8 - Percentual de conselhos representados

<b>Conselho</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Conselho Municipal de Assistência Social	1	2,7
Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	2	5,4
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	1	2,7
Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres	2	5,4
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	3	8,1
Conselho Municipal de Direitos da População LGBT+	1	2,7
Conselho Municipal de Políticas Culturais	2	5,4
Conselho Municipal de Saúde	1	2,7
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	1	2,7
Não participa de nenhum conselho	21	56,8
Não responderam	4	10,8
Participam de mais de um conselho	(2)	(5,4)
Total	37	100

Na categoria cadeira que ocupa, os participantes da sociedade civil tiveram maior participação do que os representantes governamentais. Há um número expressivo de pessoas que não participam de conselhos que participaram do ciclo, chegando a mais de 60% conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 9 - Percentual da cadeira que ocupa no conselhos

<b>Cadeira</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Representante governamental	4	10,8
Representante da sociedade civil	7	18,9
Não participa de nenhum conselho	23	62,2
Não responderam	3	8,1
Total	37	100

Na categoria “tempo de experiência em participação nos conselhos”, nota-se que dentre os participantes que atuam ou já participaram de conselhos, há um período acima de 1 ano de experiência nestes espaços.

Tabela 10 - Percentual do tempo de experiência em conselhos

<b>Tempo de experiência</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Entre 0 a 1 ano	1	2,7
2 a 3 anos	5	13,5
4 a 5 anos	3	8,1
6 anos ou mais	6	16,2
Não participo de Conselhos e nunca participei	19	51,4
Não responderam	3	8,1
Total	37	100

Sobre a vinculação às organizações da sociedade civil, demonstra-se uma de participação significativa de pessoas vinculadas às associações, entidades, cooperativas, dentre outras, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 11 - Percentual de vinculação à organizações da sociedade civil



<b>Vinculação à organização da sociedade civil</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	15	40,5
Não	18	48,7
Não responderam	4	10,8
Total	37	100

Quanto à filiação partidária, demonstra-se uma participação baixa em partidos políticos, conforme demonstra a tabela a seguir.

Dos 7 participantes que ocupam a cadeira de representante da sociedade civil, 6 possuem vínculos à organizações da sociedade civil (85,7%). Quanto à filiação partidária, dos 7, 2 são filiados (28,5%). Dos 4 representantes governamentais, 1 possui vínculo à organizações da sociedade civil (25%) e 1 possui filiação partidária (25%).

Tabela 12 - Percentual de filiação partidária

<b>Vinculação à organização da sociedade civil</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	5	13,5
Não	29	78,4
Não responderam	3	8,1
Total	37	100

#### **4.3.2 Caracterização pessoal de participantes do quarto encontro**

No que tange a idade, 6 pessoas tinham entre 18 e 29 anos, o que corresponde a 30%, 13 pessoas tinham entre 30 e 59 anos, o que corresponde a 65%, nenhuma pessoa tinha entre 60 e 69 anos e 1 pessoa (5%) tinha acima de 70 anos. No que se refere a categoria cor/raça, 10 pessoas se autodeclararam branca, o que corresponde a 50% e 10 pessoas se autodeclararam pardas e pretas, o que corresponde a 50%; conforme demonstram as tabelas a seguir.

Tabela 1 - Porcentagem da faixa etária

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
18 a 29 anos	6	30
30 a 59 anos	13	65
60 a 69 anos	0	0
acima de 70 anos	1	5
Não responderam	0	0
Total	20	100

Tabela 2 - Porcentagem da cor/raça declarada

<b>Cor/raça</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Amarela	0	0
Branca	10	50
Indígena	0	0
Parda	5	25
Preta	5	25
Não responderam	0	0
Total	20	100

Na categoria identidade de gênero, identificou-se a participação de 12 mulheres cis-gênero, o que corresponde a 60%, 8 participantes homens cis-gênero correspondente a 40%. Quanto à orientação sexual, a maioria (15 pessoas, 75%) se declarou heterossexual, 3 pessoas se declararam homossexual (15%), 2 bissexual (10%).

Tabela 3 - Porcentagem da identidade de gênero declarada

<b>Identidade de gênero</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Homem cisgênero	8	40

Homem transexual	0	0
Mulher cisgênero	12	60
Mulher transexual	0	0
Não-binário	0	0
Não responderam	0	0
Total	20	100

Tabela 4 - Porcentagem da orientação sexual declarada

<b>Orientação sexual</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Assexual	0	0
Bissexual	2	10
Heterossexual	15	75
Homossexual	3	15
Pansexual	0	0
Não responderam	0	0
Total	20	100

Sobre a escolaridade, 19 possuem ensino superior completo (95%) e 1 com ensino superior incompleto (5%).

Tabela 5 - Porcentagem do nível de escolaridade

<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Ensino fundamental incompleto	0	0
Ensino fundamental completo	0	0

Ensino médio completo	0	0
Ensino superior incompleto	1	5
Ensino superior completo	19	95
Não responderam	0	0
Total	20	100

A maioria dos participantes possui renda mensal acima de 1 salário mínimo, sendo 1 pessoa (5%) com renda entre 6 a 10 salários mínimos mensais, 11 pessoas (55%) declaram rendimentos mensais entre 2 a 6 salários mínimos mensais, 8 pessoas (40%) declararam renda entre 1 e 2 salários mínimos.

Tabela 6 – Porcentagem da renda mensal

<b>Renda mensal</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Até 1 salário mínimo	0	0
De 1 a 2 salários mínimos	8	40
De 2 a 6 salários mínimos	11	55
De 6 a 10 salários mínimos	1	5
Acima de 10 salários mínimos	0	0
Não responderam	0	0
Total	20	100

Na categoria “ocupação”, todos os participantes são servidores públicos do município, e as profissões são:

Tabela 7 - Ocupações declaradas

<b>Ocupação declarada</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Coordenadora do CRAS	1	5
Sub Secretaria de Direitos Humanos e Políticas Sociais	1	5

Enfermeira	1	5
Sub Secretario de Assistencia Social	1	5
Pedagoga	1	5
Psicologa	2	10
Assistente Social	2	10
Funcionária pública	4	20
Nutricionista	1	5
Coordenador	1	5
Coordenadora Ed Especial	1	5
Coordenadora de Ensino Fundamental SME	1	5
Professor de educação física	1	5
Coordenadora do CIM	1	5
Não responderam	1	5
Total	20	100

Na categoria “conselhos à qual pertencem os participantes”, destaca o fato de que somente uma pessoa pertence a um conselho que não está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, que é o Conselho Municipal de Educação. No que se refere à participação dos conselhos vinculados à Secretaria supracitada, o único conselho em que não houve a participação de conselheiros foi o Políticas Culturais, conforme demonstra o quadro a seguir.

Tabela 8 - Percentual de conselhos representados

<b>Conselho</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Conselho Municipal de Assistência Social	5	25
Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	3	15

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	7	35
Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres	2	10
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	3	15
Conselho de Políticas de Igualdade Racial	2	10
Conselho Municipal de Direitos da População LGBT+	1	5
Conselho Municipal de Políticas Culturais	0	0
Conselho de Proteção ao Patrimônio Cultural e Histórico	1	5
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	2	10
Conselho de Educação	1	5
Não participa de nenhum conselho	0	0
Não responderam	0	0
Participam de mais de um conselho	(7)	(35)
Total	20	100

Na categoria cadeira que ocupa, todos os participantes do encontro são representantes governamentais.

Tabela 9 - Percentual da cadeira que ocupa nos conselhos

<b>Cadeira</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Representante governamental	20	100



Representante da sociedade civil	0	0
Não participa de nenhum conselho	0	0
Não responderam	0	0
Total	20	100

Na categoria “tempo de experiência em participação nos conselhos”, nota-se um equilíbrio entre os participantes que atuam ou já participaram de conselhos, conforme demonstra o quadro a seguir.

Tabela 10 - Percentual do tempo de experiência em conselhos

<b>Tempo de experiência</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Entre 0 a 1 ano	7	35
2 a 3 anos	8	40
4 a 5 anos	5	25
6 anos ou mais	0	0
Não participo de Conselhos e nunca participei	0	0
Não responderam	0	0
Total	20	100

Sobre a vinculação às organizações da sociedade civil, demonstra-se uma pequena participação de pessoas vinculadas às associações, entidades, cooperativas, dentre outras, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 11 - Percentual de vinculação à organizações da sociedade civil

<b>Vinculação à organização da sociedade civil</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	3	15



Não	17	85
Não responderam	0	0
Total	20	100

Quanto à filiação partidária, demonstra-se um baixo vínculo a partidos políticos, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 12 - Percentual de filiação partidária

<b>Vinculação à organização da sociedade civil</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	4	20
Não	16	80
Não responderam	0	0
Total	20	100

#### 4.4 Temas pertinentes

Ao longo dos quatro encontros, no questionário de avaliação, foram perguntados também sobre quais temas os participantes julgam importante para o exercício das funções dos conselhos e para a participação social. Abaixo, os temas agrupados em áreas correlatas.

- 1) Estudos críticos; marcadores sociais e interseccionalidades; lugar de fala; Direitos humanos; Direitos LGBTQ+; Desigualdades sociais; diversidade de gênero; Construção das representações; Feminismos.
- 2) Orçamento participativo; Modelos de gestão pública; Orçamento, planejamento, processos de avaliação de política pública; funcionalidades dos setores públicos.
- 3) Atribuições e responsabilidades dos conselhos; Especificidades de cada conselho (construção de políticas, trabalho de comissões, fiscalização, monitoramento...); O papel dos conselhos; Importância das comissões dentro dos conselhos; MIROSC; projetos e temáticas voltadas para o CMDCA; atuação dos conselhos na fiscalização e propostas de políticas públicas.

- 4) Partidos políticos; Movimentos sociais; Participação; luta geral e lutas específicas da classe trabalhadora; juventude; gênero-construção social; etnia e raça / lutas do movimento negro e indígena.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciclo de capacitação para conselhos gestores de políticas públicas ofertado pelo Observatório de Políticas Públicas teve como objetivo ofertar formação política aos conselheiros e demais interessados. Como estratégia para contemplar o maior número de pessoas possíveis, e em diálogo com a Casa dos Conselhos, foi acordado que o dia e horário que contemplaria essa necessidade, seria o sábado pela manhã. Porém, a participação dos conselheiros foi baixa, tendo um destaque para a participação de pessoas não vinculadas à conselhos.

Como estratégia para alcançar uma maior participação de conselheiros, foi promovido um quarto encontro, na qual foi realizado em uma segunda-feira à tarde, e os representantes governamentais foram dispensados do trabalho para que pudessem participar. Sendo assim, observou-se uma maior participação de conselheiros governamentais em encontro realizado em dia útil e horário de expediente de trabalho. Com a aplicação de questionários, foi possível observar que estes conselheiros governamentais, possuem uma menor participação em organizações da sociedade civil e em partidos políticos quando comparados aos conselheiros representantes da sociedade civil, que em sua maioria possuem atuação em organizações da sociedade civil, porém, também possuem pouca participação em partidos políticos.

Quanto à presença e abertura à pessoas não vinculadas à conselhos, Tatagiba (2002) aponta, que esses espaços educativos políticos devem visar não somente a qualificação de conselheiros, mas também de entidades e movimentos interessados para que possam se servir de arcabouço teórico para orientar sua prática, ou para que tomem conhecimento dos espaços institucionais e os utilizem para reivindicar suas demandas e contribuir para ampliar a representação de interesses.

Além disso, um ponto visível e que se destaca em todo o processo, é a importância dos encontros, não somente enquanto espaços educativos, mas também enquanto possibilidade de criação de redes de troca de conhecimentos e experiências entre participantes e de fortalecimento da participação social, sendo esta, a intencionalidade das estratégias pedagógicas utilizadas pela equipe, como a utilização de jogos, dinâmicas, rodas de conversa, exposições dialogadas, atividades em grupo, com o intuito de estimular que esses diálogos acontecessem.

Ademais, também cabe aqui destacar que a Casa dos Conselhos se faz fundamental para os conselhos, pois, não somente fornece espaço físico para realização de reuniões, mas também, é a possibilidade enquanto local onde possa ser realizadas capacitações, encontros,

eventos, entre outros, relacionados à participação social, além, claro, do apoio administrativo realizado pela equipe de servidores deste espaço.

Vale ressaltar a importância tanto da Casa dos Conselhos quanto de espaços educativos de fortalecimento da participação social e estímulo do controle social sobre as políticas e, que, espaços e experiências como essa sejam replicadas para demais municípios em um esforço de democratização da democracia.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas.** Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 109, Mar. 2012.

AMANCIO, Júlia Moretto. **Controle social: dos serviços públicos à garantia de direitos /** Júlia Moretto Amâncio, Monika Dowbor e Lizandra Serafim. - São Paulo: CEBRAP/ IDS, 2010. 58 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **Aprender a saber com e entre outros.** In: ASSUMPÇÃO, Raiane (Org). Educação popular na perspectiva Freiriana. São Paulo : Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. -- (Educação popular ; 3). Disponível em: <[http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/88/1/FPF\\_PTPF\\_12\\_066.pdf](http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/88/1/FPF_PTPF_12_066.pdf)>.

Acesso em 13 set. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 04 mar. 2022.

CARVALHO, Maria do Carmo. Alves. De Albuquerque. A. 1998. **Participação Social no Brasil Hoje.** São Paulo, Instituto Pólis.

DEMO, P. **Pobreza da Política.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 45.

FAST FOOD DA POLÍTICA. **Jogos tradicionais.**

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica.** - 3 ed. - São Paulo, Cortez, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Between Facts and Norms.** Cambridge: MIT Press, 1995.

LAVALLE, A. G.; BARONE, L. **Conselhos, Associações e Desigualdade**. Ed. UNESP, 2015, pp. 51-77.

MOORE, Barrington. **Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world**. Boston: Beacon Press, 1967.

PEREIRA, José Roberto. **Diagnóstico participativo: o método DRPE**. Tubarão: Perito, 2017.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalism and social democracy**. Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press, 1985.

ROMÃO, W. M. **Reflexões sobre as Dificuldades da implementação da Participação Institucional no Brasil**. *Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP*, v.6, n.2, p. 35-58, jul/dez. 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa.; AVRITZER, Leonardo. **Para ampliar o cânone democrático**. In: SANTOS, B. de S. (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.p.39-44.

SIRAQUE, Vanderleia. **O controle Social da Função Administrativa do Estado: Possibilidades e Limites na Constituição de 1988**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

SCHUMPETER, Joseph. A. **Capitalism, socialism and democracy**. New York: Harper & Brothers, 1942.

TATAGIBA, Luciana. **Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, 25, p. 209-213, nov. 2005.

TATAGIBA, Luciana. 2002. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil.** In : DAGNINO, E. (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo : Paz e Terra.

### **APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com a Casa dos Conselhos**

- 1) Quando a Casa dos Conselhos foi fundada? Quando foi fundada a Sala dos Conselhos?
- 2) Qual o papel da Casa dos Conselhos?
- 3) A Casa dos Conselhos é vinculada a qual órgão?
- 4) Quando a Sala dos Conselhos se tornou a Casa dos Conselhos?
- 5) O que difere a Casa dos Conselhos da Sala dos Conselhos?
- 6) Quantos funcionários, quais os cargos e qual a função de cada um?
- 7) O que a Casa dos Conselhos oferece em termos de estrutura e materiais para os conselhos?
- 8) Quais são os conselhos ativos vinculados à Casa dos Conselhos?
- 9) Quais são os conselhos vinculados que estão inativos?
- 10) Se possuir conselhos vinculados inativos, por que estes se encontram nessa situação?
- 11) Todos os conselhos possuem fundos vinculados?
- 12) Quais são as maiores dificuldades enfrentadas na promoção do incentivo à participação social nos conselhos?
- 13) Quais são as maiores demandas dos conselhos vinculados?

### **APÊNDICE B - Roteiro do questionário de caracterização pessoal de participantes**

- 1) Idade
- 2) Cor/raça
- 3) Identidade de gênero
- 4) Orientação sexual
- 5) Escolaridade
- 6) Renda mensal
- 7) Ocupação profissional
- 8) Pertence a qual conselho?
- 9) Qual cadeira ocupa no conselho?
- 10) Participa ou já participou de conselhos? Some o tempo de experiência
- 11) Possui vínculo à organização da sociedade civil, tais como cooperativas, associações, entidades, dentre outros?
- 12) Possui filiação em partido político?

### **APÊNDICE C - Roteiro do questionário de avaliação das oficinas**

- 1) Em sua opinião, por que é importante uma capacitação para conselhos?
- 2) Apresente suas críticas e sugestões para que o curso contribua de forma mais efetiva com a formação de participantes dos conselhos gestores de políticas públicas
- 3) Avalie o quanto você conseguiu apreender com os temas em uma escala que vai de 1 (nada) e 5 (o máximo possível)
- 4) Avalie a importância do tema para o exercício das atividades nos conselhos; sendo: 1 (Nada importante) e 5 (Muito importante).



- 5) Avalie a importância do tema enquanto cidadão para o exercício da participação social; sendo: 1 (Nada importante) e 5 (Muito importante).
- 6) O quanto você se sente seguro em aplicar o tema em suas atividades e vida cotidiana? Sendo: 1 (Não me sinto seguro) e 5 (Totalmente seguro).
- 7) Avalie a sua capacidade de relacionar os conceitos discutidos na oficina com situações práticas, sendo: 1 (nada) e 5 (o máximo possível).
- 8) Avalie em que medida as técnicas e métodos adotados (utilização de jogos, debates) ao longo da oficina contribuíram para seu aprendizado; sendo 1 (não contribuíram) e 5 (contribuíram muito).
- 9) Avalie em que medida a sua interação com as professoras facilitadoras e demais participantes influenciou no processo de aprendizagem; sendo 1 (não contribuíram) e 5 (contribuíram muito).
- 10) Considere o objetivo proposto pelo curso: Construir um panorama dos principais conceitos relacionados à "Direito, Cidadania e Políticas Públicas". Avalie o quanto ele foi alcançado ao longo da oficina sendo 1 (nada) e 5 (completamente alcançado)
- 11) Quais outros temas você julga importante para o exercício das funções dos conselhos e para a participação social.

**ANEXO A - Fotos do encontro “Poder, política e democracia”**

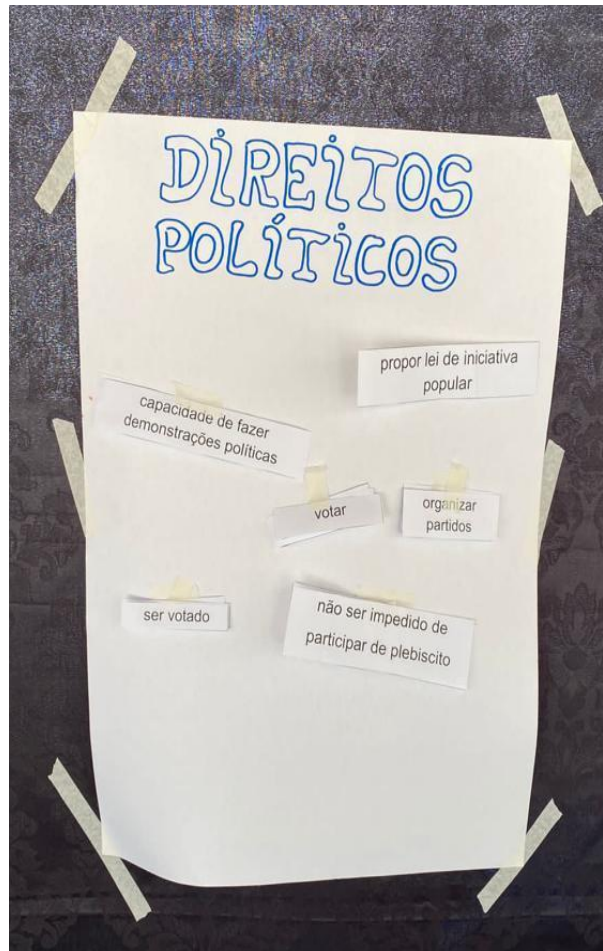
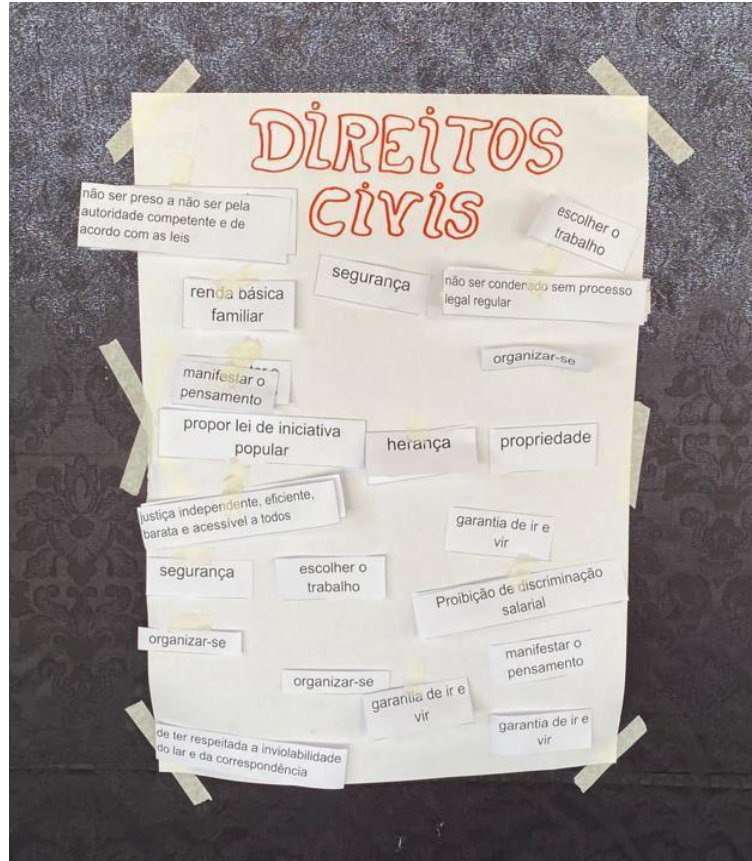


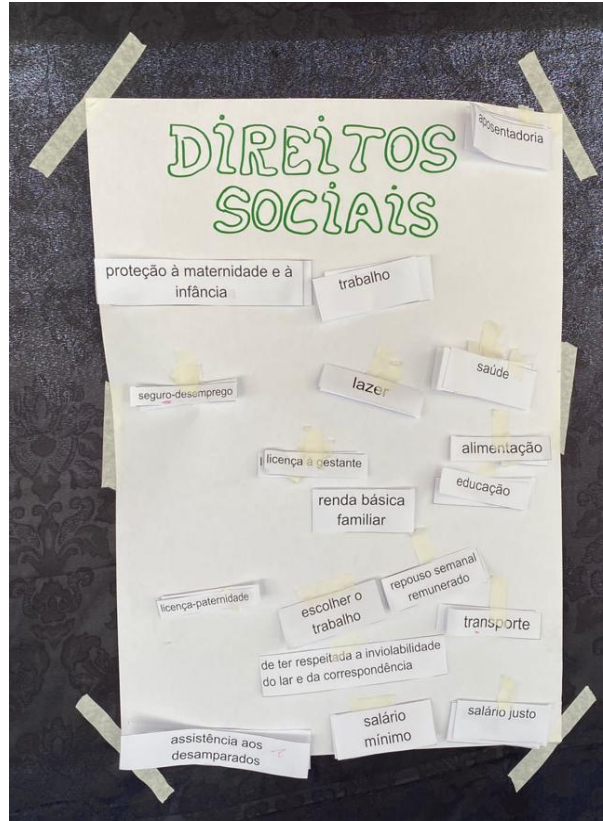




**ANEXO B - Fotos do encontro “Direito, cidadania e políticas públicas”**









**ANEXO C - Fotos do encontro “Controle Social e Garantia de Direitos”**











**ANEXO D - Fotos do encontro “Controle social e espaços participativos”**





